

## **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA PARA A O ESTUDO DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL**

SOUZA, Elenira de Jesus<sup>1</sup>

O estudo de movimentos socioterritoriais é um projeto de pesquisa desenvolvido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) para analisarmos o processo de reforma agrária no Brasil. O estudo dos movimentos é um dos objetos de pesquisa do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), um projeto criado em 1999.

Neste trabalho, apresentaremos um debate teórico de movimentos socioterritoriais que vem sendo construído ao longo dos anos, bem como os resultados obtidos sobre a atuação dos movimentos socioterritoriais na espacialização da luta pela terra no Brasil, no período de 2000 a 2008. Apontaremos também os seis principais movimentos de luta pela terra que possuíram os maiores registros de números de famílias em ocupações.

Desde então estamos trabalhando para a construção deste conceito, estudando as realidades e as teorias, métodos e metodologias por meio da criação de um cadastro dos movimentos socioterritoriais no campo e a análise de suas ações nos territórios. Lembrando que, esta categoria do DATALUTA possibilita abordagens mais profundas da formação e espacialização destes importantes sujeitos de luta pela terra no país.

A construção do conceito de movimento socioterritorial se iniciou na primeira metade da década de 1990 (FERNANDES, 1991) e vem ganhando ampla discussão através de apresentações e publicações de trabalhos que abordam os movimentos socioterritoriais.

O conceito chama atenção por distinguir um aspecto dos movimentos sociais, que é a sua identidade com o território. A identidade desses movimentos é construída a partir do componente territorial, a luta pela terra, em conjunto com as relações sociais e os sujeitos.

Na construção conceitual de movimento social, os sociólogos preocupam-se principalmente com as relações sociais e formas de organizações das pessoas que compõem o movimento na qual explicam as ações do mesmo. Essas reflexões são muito importantes, mas não contribuem de forma relevante para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Na geografia, as formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço assim como em todas as suas dimensões: social, político, econômico, cultural etc. Deste modo, a partir do momento que nos propomos a realizar uma leitura geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços construídos por estes importantes sujeitos.

Um outro fator importante a ser destacado seria os trabalhos de geógrafos, nos quais os referenciais teóricos para a análise do objeto predominavam conceitos de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, nosso desafio é pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-lo a partir de uma leitura geográfica do processo. Por isso, há um grande esforço e preocupação dos pesquisadores do NERA em ressaltar em seus

---

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente/SP

trabalhos a preocupação com a visão geográfica da questão agrária e os movimentos sociais.

É importante ressaltar que o conceito de movimentos socioterritoriais ainda é recente e por isso não está pronto e acabado, mas em formação.

O objetivo geral deste trabalho é de destacar a contribuição da geografia para nossa compreensão conceitual dos movimentos sociais do campo. Outro objetivo é de apresentar dados geográficos para aprofundar o entendimento da luta pela reforma agrária no início do século XXI. Os dados incluem estimativas do número de famílias envolvidas na luta durante o período de 2000 a 2008 e o mapeamento, dividido por movimento socioterritorial, de sua ocupação no espaço brasileiro.

Os dados sobre os movimentos socioterritoriais começaram a ser estudados e sistematizados no NERA a partir de 2000, o que possibilitou um levantamento da produção que visa o conhecimento dos principais sujeitos de apoio à reforma agrária. Registramos movimentos atuantes no campo e na cidade, no entanto, daremos ênfase somente aos movimentos atuantes no campo.

A pesquisa se inicia com levantamento de dados de diversas fontes, como: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), que registram ocupações de terras em escala nacional e dados de grupos de pesquisa que fazem parte da rede DATALUTA, que registram ocupações em escala estadual, como o DATALUTA NERA, para o Estado de São Paulo, DATALUTA LAGEA (Laboratório de Geografia Agrária), para o Estado de Minas Gerais, o DATALUTA GEOLUTAS (Geografia da Luta no Campo e na Cidade), para o Estado do Paraná e o DATALUTA NEAG (Núcleo de Estudos Agrários), que recentemente ingressou na REDE DATALUTA, para o Rio Grande do Sul. Após o levantamento e a confrontação dos dados, iniciamos a conferência das informações obtidas sobre os movimentos socioterritoriais.

As conferências dos movimentos são realizadas através de correções de nomes e siglas. Com estas conferências, organizamos tabelas, quadros, mapas e gráficos para demonstrar a espacialização e territorialização dos movimentos socioterritoriais para publicações e divulgações posteriores. Para obtermos maiores referências a respeito dos movimentos, utilizamos um procedimento que inclui pesquisa via mídia tanto impressa quanto digital.

Atualmente registramos 95 movimentos socioterritoriais, que realizaram pelo menos uma ocupação no período de 2000 a 2008. Podemos observar a atuação desses movimentos por Estado, aos quais se destacam seis movimentos socioterritoriais, são os seguintes MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CONTAG, (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), FETRAF (Federação da Agricultura Familiar) como os movimentos mais atuantes em diferentes Estados. Já o caso da OLC (Organização da Luta no Campo), esse movimento atua somente no Estado do Pernambuco, no entanto é muito representativo o número de famílias em ocupações. Esses seis movimentos socioterritoriais foram responsáveis por mobilizar cerca de 80% das famílias numa totalidade de 593.491.

Em nossos estudos, através da elaboração de mapas, representamos a espacialização dos seis movimentos mais atuantes. Verifica-se que o MST e a CONTAG estão presentes em quase todos os estados brasileiros. A CPT atua predominantemente no Nordeste, a FETRAF atua de forma menos intensa em quatro regiões, menos a região sul, a OLC tem atuado somente no Estado de Pernambuco e o MLST nas regiões Nordeste, Centro – Oeste, Sudeste e Sul. A representação da espacialização desses seis movimentos socioterritoriais mais atuantes configuram a geografia da luta pela terra no Brasil.

Através do nosso banco de dados, notamos a espacialização do MST em quase todo o Brasil, seguido pelos demais movimentos. Neste caso podemos concluir que no Brasil, a luta pela terra está se espacializando, novos movimentos estão surgindo e cada vez mais, cresce o número de famílias participantes em ocupações.

A pesquisa contribuiu para o entendimento das causas do surgimento dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra e a importância que as ações destas organizações têm para o projeto de reforma agrária, pois a pressão que esses movimentos exercem, principalmente através da ocupação de terra, se torna a principal forma de acesso do camponês à terra.

Através deste trabalho procuramos contribuir com as discussões referentes à questão agrária e colaborar com a ciência geográfica, ao propormos o conceito de movimentos socioterritoriais.

**Palavras-Chave:** Movimentos Socioterritoriais; Espacialização; Reforma Agrária; Ocupações de Terra.